Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Se não der para atrasar...

...Empate o jogo. A oposição já definiu que votará a favor, se não conseguir adiar a votação da proposta de emenda constitucional que amplia o valor do Auxílio Brasil e cria outros benefícios, a tal PEC das Bondades ou PEC Eleitoral. Votos contrários serão escassos, como ocorreu no Senado.

Reclama, mas deixa quieto

Muito vai se falar sobre a irresponsabilidade de aumentar o Auxílio Brasil em pleno ano eleitoral. Vem por aí, inclusive, uma avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), pedida pelo procurador da República junto ao tribunal. Entre os ministros do TCU, a ideia é frisar que é preciso cuidado com o equilíbrio fiscal, mas ninguém vai sustar a PEC fruto de acordo entre dois Poderes, Legislativo e Executivo, ainda mais aprovada por ampla maioria.

Prioridade é a Câmara

O Progressistas, do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, já definiu que, no plano nacional, fechará a aliança formal com o PL pela reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Mas, nos estados, jogará suas fichas onde for melhor para construir bancada. A intenção é continuar como a segunda força da Câmara dos Deputados.

Pragmatismo eleitoral

Da mesma forma que Lula buscou Geraldo Alckmin para tentar agregar votos do centro, Tarcísio de Freitas faz o mesmo em São Paulo, fechando uma aliança com o PSD de Gilberto Kassab. Aliás, o projeto de Kassab agora, assim como o do PP, é eleger deputados federais. Como a esquerda já está ocupada, o PSD faz a curva à direita para ver se consegue mais votos no maior colégio eleitoral do país.

Arrependidos

O governo já se arrependeu de não ter batido o pé lá atrás, em 2019, contra a ampliação das emendas de relator, as tais RP9, apelidadas de orçamento secreto. Em conversas reservadas, os auxiliares do presidente têm dito que o Poder Executivo "terceirizou a bondade", ou seja, deu de bandeja plenos poderes para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Alguns políticos ligados ao Planalto sondaram congressistas sobre a possibilidade de rever essa modalidade. A resposta foi negativa.

No Congresso, hoje, prevalece a visão de que o Poder Executivo permitiu que o "gênio" ou o "monstro" saísse da garrafa. Agora, não volta mais. A expectativa é de que todas as emendas em 2023 consumam algo em torno de R$ 32 bilhões, considerando aí as de relator, as individuais e as de bancada e comissões técnicas.

CURTIDAS

Reprodução/Câmara dos Deputados

Promessa é dívida/ O relator da PEC das Bondades, Danilo Forte (União Brasil), assina o parecer a ser lido em plenário, uma vez que será o parecer que virá da comissão especial. Mas caberá ao deputado Christino Áureo (**foto**), do PP-RJ, encaminhar a votação. Áureo estava escalado para relatar a PEC 16, a das Bondades, mas, como foi juntada à PEC 15, dos biocombustíveis, ficou tudo com Danilo, que leu o seu parecer sob os protestos dos oposicionistas.

Pré-campanha/ A cessão do encaminhamento em plenário a Áureo faz parte dos movimentos de Arthur Lira para mais um mandato de dois anos no comando da Câmara.

Ainda não acabou/ Embora a base aliada ao governo e o Centrão queiram liquidar a fatura da PEC e da Lei de Diretrizes Orçamentárias esta semana, na próxima tem votações dos projetos de interesse dos deputados. É aí que mora o perigo.

Por falar em perigo.../ Segurança redobrada, hoje, para o ex-presidente Lula no Rio de Janeiro. A ideia é colocar revista para quem quiser subir ao palco e ficar na linha de frente do palanque montado na Cinelândia.

Vitor Procópio Trindade/ Fica aqui os meus mais profundos sentimentos pela passagem do médico de 27 anos, filho do jornalista José Maria Trindade, que morreu tentando salvar vidas. Vitinho, como era conhecido por amigos e familiares, é mais uma vítima da imprudência nas estradas brasileiras.

ELEIÇÕES

TSE convoca mesários em clima de apreensão

Mais de 2 milhões de eleitores devem trabalhar nos dias de votação. Com o acirramento da polarização política, voluntários temem atos de violência na área das seções eleitorais

» LUANA PATRIOLINO

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Justiça Eleitoral está convocando mais de 2 milhões de eleitores para trabalhar no pleito de outubro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou, nesta semana, a convocação dos mais de 2 milhões de eleitores que vão atuar como mesários nos dois turnos do pleito, em 2 e 30 de outubro, respectivamente. Entre os convocados, a sensação é de medo por causa da polarização política no país.

A publicitária Natália Ribeiro, 35 anos, trabalhou como mesária em eleições anteriores e, neste ano, ainda não sabe se vai ajudar a Justiça Eleitoral. Ela acredita que os voluntários podem correr riscos diante dos ânimos acirrados pelo debate político. "Estamos vivendo um momento inseguro. Até mesmo um mesário, que está ali voluntariamente, pode sofrer violência", disse ela.

O corretor de imóveis Mateus Junior, 39, que já trabalhou como mesário em eleições anteriores, aponta que o discurso de ódio está mais presente agora. "As pessoas estão muito intolerantes em tudo, não só na questão política. Vemos casos de violência diariamente, e na política não é diferente. Nas redes sociais, por exemplo, algumas pessoas são ameaçadas, perseguidas, agredidas. Tudo isso só por terem posicionamentos diferentes", lamentou.

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Ideia, em maio, revelou que 30% dos eleitores convocados para trabalhar como mesários têm medo de sofrer algum tipo de violência no dia do pleito. Dos consultados, 70% acham que o TSE deveria adotar medidas de segurança adicionais este ano, como reforço no policiamento e convocação de mais fiscais.

Dos entrevistados que trabalharam em eleições passadas, 22% disseram ter tido algum tipo de problema: 34% relataram confrontações verbais (xingamentos e acusações); 32%, hostilidade; 22%, ameaças; 21%, exposição de dados pessoais; e 19%, ataques físicos.

Dos que se preocupam com a violência deste ano, 58% temem ameaças; 55%, agressões físicas; 52%, confrontações verbais; 47%, hostilidade; e 36%, ataques com armas. Foram ouvidos 651 mesários entre abril e maio de 2022.

Segundo o TSE, em 2018, 2,1 milhões de eleitores trabalharam como mesários. Neste ano, o prazo para nomeação dos eleitores que vão trabalhar nas eleições termina em 3 de agosto. Devem ser convocados, preferencialmente, quem tem nível de escolaridade superior, professores e servidores da Justiça. Todo eleitor com mais de 18 anos de idade em situação regular perante a Justiça Eleitoral pode exercer a função de mesário. O serviço não é remunerado, mas quem participar recebe auxílio-alimentação de até R$ 45 em cada turno e tem direito a dois dias de folga no trabalho para cada dia de eleição.

> **Estamos vivendo um momento inseguro. Até mesmo um mesário, que está ali voluntariamente, pode sofrer violência"**
>
> ***Natália Ribeiro,*** *publicitária*